



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

O rápido desenvolvimento social, as obras de construção civil que parecem “flores a desabrochar por todo o lado” e a complexidade dos respectivos materiais resultam em exigências mais rigorosas quanto às especificidades dos edifícios. Na sequência do incêndio nos mini-armazéns de Hong Kong, o Governo e a sociedade devem dar importância à alteração do Regulamento de Segurança contra Incêndios.

As pessoas do sector da construção civil afirmaram que, no processo de autorização da planta de segurança contra incêndios, a DSSOPT tem de ouvir o parecer do Corpo de Bombeiros, mas, quando o pessoal deste sector faz perguntas sobre questões relacionadas com o Regulamento de Segurança contra Incêndios, estas entidades “empurram de uma para a outra”, e o sector fica sem saber o que fazer.

Mais, segundo informações de operadores envolvidos, no âmbito dos procedimentos de vistoria aos prédios, o vigente Regulamento de Segurança contra Incêndios não prevê as áreas para o efeito e os critérios, e os diplomas legais respeitantes à inspecção de componentes contra incêndios não acompanham as exigências de hoje. Por exemplo, os materiais das paredes corta-fogo, os de enchimento para as aberturas e costuras, bem como as válvulas corta-fogo que se encontram em tubos de protecção são sempre cobertos pelas obras de remodelação ou negligenciados, o que constitui um grande perigo oculto para a segurança contra incêndios.

Pelo exposto e para regulamentar melhor o desenvolvimento do sector e aperfeiçoar, quanto antes, os diplomas legais respeitantes ao desenvolvimento das técnicas de segurança contra incêndios na área da construção civil, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Ao tratar o assunto sobre a segurança contra incêndios, a DSSOPT e o CB já definiram claramente a forma como se distribuem as tarefas, para evitar que a autorização das plantas se atrase devido à sobreposição dos procedimentos, ou que alguns equipamentos complementares de segurança sejam ignorados por falta de clareza quanto às funções de cada um?

2. Actualmente, como é que se procede à vistoria dos equipamentos contra incêndios? Para assegurar que a vistoria e a segurança dos edifícios atinjam o mesmo nível, no Regulamento de Segurança contra Incêndios em revisão, já se definiram regras básicas quanto ao âmbito da vistoria, aos respectivos critérios ou ao número ou percentagem de amostras a serem inspeccionados?

3. Os trabalhos da revisão do Regulamento de Segurança contra Incêndios têm-se arrastado. Então, qual é o seu ponto de situação? Quando é que, segundo a estimativa, o mesmo vai ser submetido para apreciação da Assembleia Legislativa?

13 de Abril de 2017

O Deputado à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,  
Chan Iek Lap